

RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.026 - SP (2019/0307591-6)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : MEDICAL MEDICINA COOPERATIVA ASSISTENCIAL DE
LIMEIRA
ADVOGADOS : NOEDY DE CASTRO MELLO - SP027500
DANIELA GULLO DE CASTRO MELLO - SP212923
VINICIUS DE SORDI VILELA - SP326871
RECORRIDO : BENEDITO ROSA DA SILVA
RECORRIDO : MARLI LEITE DE FATIMA SILVA
ADVOGADOS : LILIAN MARIA ROMANINI GOIS - SP282640
ERICA KHETER LEITE DA SILVA - SP351121

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

PLANO DE SAÚDE. Rescisão contratual já julgada abusiva, com característica de coisa julgada, proferida nos autos do Processo nº. 1014088-46.2017.8.26.0320. Migração para plano individual/familiar. Preço. Condições de migração que colocam os autores em posição de desvantagem e onerosidade excessiva.

Abusividade, pois os preços pretendidos pela operadora são quase o triplo do outrora cobrado, sem concreta justificação para o aumento. A migração deve observar equivalência material e financeiramente sustentável para que seja efetiva e guarde relação com o fim a que se destina. Necessidade de manutenção do preço então suportado pelos beneficiários. Sentença mantida. Apelo improvido.

A parte recorrente sustenta ofensa aos arts. 774 e 796 do Código Civil, além de dissídio jurisprudencial.

Incidem os enunciados 282 e 356 da Súmula do STF quanto às normas indicadas pelo recorrente, pois são estranhas ao julgado recorrido, a elas faltando o indispensável prequestionamento, do qual não estão isentas sequer as questões de ordem pública.

Além disso, o dissídio jurisprudencial não foi demonstrado nos moldes legais e regimentais, notadamente no que toca à comprovação de similitude dos substratos fáticos dos julgados confrontados e ao cotejo analítico entre acórdãos.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial. Deixo de majorar os honorários sucumbenciais, conforme determina o art. 85, § 11, do CPC/15,

Superior Tribunal de Justiça

haja vista que já foram fixados na origem no percentual máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI, Relatora